

A Crise Penitenciária Sob o Olhar da Imprensa Brasileira¹

Izabela Gomes NUNES²

Jessé dos Santos CARDOSO³

Gesner Duarte PÁDUA⁴

Universidade Federal de Mato Grosso, Barra do Garças, MT

RESUMO

Este trabalho aborda a cobertura de três veículos da imprensa brasileira sobre a crise nos presídios, que teve seu momento mais tenso no começo de 2017 quando se espalhou por diversos estados. Propomos uma reflexão crítica sobre as abordagens realizadas pela revista Carta Capital *online*, site G1 e Agência Brasil *online*. Usamos como instrumental teórico-metodológico os conceitos de “padrões de manipulação” na imprensa, de Perseu Abramo, “Valores-notícia”, tal como trabalhado por Nelson Traquina, e de “objetividade jornalística”, discutido por Lirian Sponholz.

PALAVRAS-CHAVE: Crise penitenciária; Manipulação da informação; Cobertura da imprensa.

Introdução

No início de 2017, a crise de superlotação nos presídios brasileiros teve seu ápice e culminou em uma série de revoltas em presídios de oito estados. As rebeliões foram marcadas por genocídios, que entraram para a lista dos maiores massacres da história do Brasil, e pela guerra entre facções que, segundo a imprensa, teria sido responsável pela maior parte das execuções. Estima-se que o total de presidiários mortos seja de 133, considerando a primeira quinzena de janeiro, quando as rebeliões tiveram seu apogeu nos estados do Alagoas, Amazonas, Paraíba, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande

¹ Trabalho apresentado na IJ1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 15 a 17 de junho de 2018.

² Graduanda do 8º período do Curso de Jornalismo da UFMT/CUA, e-mail: izabelagn@gmail.com

³ Graduando do 8º período do Curso de Jornalismo da UFMT/CUA, e-mail: jesse.santos.144@outlook.com

⁴ Orientador do trabalho, professor do Curso de Jornalismo UFMT/CUA, e-mail: gesnerduarte@hotmail.com

do Norte e Roraima, superando o número de mortos, por exemplo, no massacre do Carandiru em 1992, no estado de São Paulo, com 111 mortos.

Os grandes veículos da imprensa nacional fizeram coberturas durante as rebeliões e pautaram, em reportagens de vários formatos midiáticos, a falta de controle do Estado nas penitenciárias, a soberania das facções e seus conflitos, o alto custo com empresas contratadas para controlar os presídios e outros problemas relacionados às rebeliões. O fenômeno dos massacres atraiu também o olhar internacional pela repercussão dos acontecimentos e pela relevância que tinham para a sociedade brasileira, internacional e para a imagem do País lá fora. O que ocorreu em janeiro de 2017 desencadeou uma série de produções jornalística durante todo o ano a respeito da crise penitenciária e do caos na segurança pública brasileira.

Neste trabalho propomos uma reflexão crítica sobre a cobertura de três veículos da imprensa brasileira a respeito da crise penitenciária. O *corpus* de análise são matérias jornalísticas que abordam a temática da segurança pública e a superlotação de presídios e cadeias. A primeira, intitulada “Superlotação nas delegacias gaúchas reflete política de encarceramento”, foi publicada no site da revista Carta Capital, em 06/09/2017⁵. A segunda matéria, “Sistema penitenciário do Brasil é caótico, aponta levantamento do MP”, foi veiculada no site G1, do grupo Globo, em 04/01/2017, parcialmente adaptada de uma reportagem veiculada no mesmo dia no telejornal Bom dia Brasil, da Rede Globo.⁶ E a terceira foi publicada no site da Agência Brasil/EBC, em 17/01/2017, com o título “Superlotação e gangues são problemas comuns nas prisões do Brasil e EUA”⁷. Na escolha das matérias procuramos configurar uma amostra que pudesse nos fornecer uma visão comparativa da abordagem do problema por veículos privados (Carta Capital e G1) e públicos (Agência Brasil), bem como de diferentes posicionamentos no espectro político-ideológico. Temos, de um lado, a revista Carta Capital, com uma linha editorial situada à esquerda do espectro político-ideológico, de outro o G1, veículo das Organizações Globo, localizada mais à direita desse mesmo espectro, e no que

⁵ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/superlotacao-nas-delegacias-gauchas-reflete-politica-deencarceramento>. Acesso em: 10/09/2017.

⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/01/sistema-penitenciario-do-brasil-e-caoticoaponta-levantamento-do-mp.html>. Acesso em: 10/09/2017

⁷ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-01/superlotacao-e-gangues-saoproblemas-comuns-prisoas-do-brasil-e-dos>. Acesso em: 10/09/2017.

poderíamos denominar de centro, a Agência Brasil, com uma política editorial mais moderada comparativamente aos dois polos representados pela Carta e pelo G1.

Fundamentação teórica

No processo de análise do material jornalístico, nos apoiamos principalmente no trabalho de Perseu Abramo (2003) e seu conceito de “padrões de manipulação” perceptíveis na prática cotidiana da grande imprensa, no conceito de “valores-notícia”, tal como trabalhados por Nelson Traquina (2005), e ainda nas discussões sobre “objetividade jornalística”, propostas por Liriam Sponholz (2009).

A contribuição de Perseu Abramo se dá, em grande medida, na elaboração da ideia dos veículos de comunicação como reconstrutores da realidade. O autor aborda como o jornalista, o editor e o veículo de comunicação determinam o que é real ou não, do ponto de vista midiático, e ainda, como aquilo que é real deve ser assim percebido pelo público. Assim, a sociedade é constantemente colocada diante de uma realidade recriada pela imprensa devido às formas que os meios de comunicação manipulam os fatos.

A reflexão de Abramo acerca do que é real para os meios de comunicação nos ajuda a entender que a subjetividade está intrínseca à prática jornalística, pois é a partir da percepção do jornalista e das diretrizes editoriais do veículo de comunicação que a produção jornalística começa a se desenvolver.

A reconstrução da realidade social e sua transformação em uma “realidade midiática” passa, segundo o autor, por um processo jornalístico que envolve principalmente o olhar do jornalista que, deste modo, altera a realidade e o fato conforme o foco que se dá: “A manipulação das informações se transforma, assim, em manipulação da realidade” (Abramo, 2003, p. 24).

Abramo (2003) elenca como padrões de manipulação as efeitos que distorcem a realidade no processo de jornalístico, tais como: “Padrão de ocultação”, que se refere à seleção do que é ou não um fato jornalístico e logo merece ser conhecido pelo público e o que merece ser ocultado; “Padrão de fragmentação”, que seleciona o que pode ser veiculado dentro do fato jornalístico e pode até descontextualizar um pedaço da realidade dando sentido isolado à um elemento que pertence ao todo; “Padrão de inversão”, que diz

respeito à transferência de importância do fato principal para os fatos secundários, entre outros.

Ao trabalhar com o polêmico conceito de “objetividade” no jornalismo, Sponholz também mostra como isso se liga aos questionamentos e reflexões acerca da manipulação da informação pela imprensa. A autora reflete sobre a existência de uma realidade social e uma midiática e entende a questão da objetividade jornalística como sendo a produção da correlação entre essas duas instâncias, gerando implicações para efeito de credibilidade em relação ao material noticioso.

A objetividade textual se refere à relação entre realidade e texto, à fase em que a realidade é codificada. Credibilidade, por sua vez, é a percepção do receptor sobre a relação entre realidade social e realidade midiática. (SPONHOLZ, 2009, p.17).

Sponholz sustenta que o trabalho jornalístico pode ser “objetivo” quando reunir algumas características como apresentar versões diferentes do mesmo fato (*fairness*), incluir “provas” complementares para confirmar os fatos, usar aspas para indicar que não está divulgando a própria verdade, apresentar o acontecimento a partir de seus aspectos mais importantes e separar fatos de opiniões.

Nesse processo de criação noticiosa, não obstante os interesses editoriais, a produção jornalística necessita ser atravessada por critérios que justifiquem a sua existência quanto conteúdo informativo para sociedade. Isto quer dizer que existem parâmetros que diferenciam produtos jornalísticos de outros produtos midiáticos, como os publicitários, por exemplo.

Nesse sentido, Traquina traz um importante subsídio teórico no que diz respeito a estes parâmetros da produção jornalística, o que ele define como valor-notícia. Os valores-notícia são, em suma, o potencial que cada fato possui em si para se configurar em uma matéria jornalística, elementos esses que os jornalistas são treinados dentro da sua cultura profissional para reconhecer rapidamente. Nas palavras do autor, os valores-notícia são

um importante elemento de interação jornalística e constituem referências claras e disponíveis a conhecimentos práticos sobre a natureza e os objetos das notícias, referências estas que podem ser utilizadas para facilitar a complexa e rápida elaboração de notícias (TRAQUINA, 2005).

Traquina (2005, p. 79-85) ainda lista alguns valores-notícia: a “morte” de alguém; a “notoriedade” ou importância de um personagem para o público; a “proximidade” geográfica e cultural dos acontecimentos com o público; a “relevância” que simboliza o impacto dos acontecimentos na vida do público; o “tempo” enquanto atualidade, enquanto data específica de acontecimentos jornalísticos e enquanto marco de acontecimentos que suscitam novos fatos ao longo do tempo; a “notabilidade” que está relacionado ao quão tangível é um fato para que possa se tornar jornalístico; a “infração” que é a quebra das normas e das leis que orientam a vida em sociedade; entre outros. A riqueza de valores-notícia conceituados não significa, porém, que todos serão aplicados nas análises a seguir, mas servem ao propósito de diálogo com os conceitos de Abramo (2003) de padrões de manipulação, e este diálogo invocará os conceitos de acordo com a necessidade.

Três olhares sobre a realidade

Na matéria da Carta Capital publicada em 06/09/2017, que retrata a superlotação nas delegacias gaúchas, encontramos uma construção discursiva baseada no jornalismo declaratório no qual a realidade factual representada é baseada e homologada, do ponto de vista discursivo, fundamentalmente (e em alguns casos exclusivamente) nas declarações de alguma fonte. Abramo (2003) conceitua essa tendência do jornalismo ao declaratório como um padrão de manipulação como “inversão da versão pelo fato” e especifica dois padrões dentro desse padrão, sendo eles o “oficialismo”, que é a valorização e destaque da versão oficial, isto é, da declaração que as autoridades dão sobre os fatos, sob a visão e interpretação deles, se sobrepondo às vezes aos fatos em si, e o “frasismo”, que é o uso exagerado de frases e declarações que substituem os fatos em si, passando a valorizar a opinião de uma fonte mais do que o acontecimento. Esses recursos são utilizados com o intuito de passar ao leitor um efeito de sentido de realidade dos fatos, pois usa frase de alguém que ocupa função de poder, logo aferindo credibilidade ao veículo.

Dos nove primeiros parágrafos da matéria da Carta Capital, que deveriam expor o problema e descrevê-lo de forma a informar o público sobre os acontecimentos, cinco deles são baseados em declarações de fontes, usando citações diretas em todas as cinco,

tipificando o uso do padrão de manipulação “frasismo”. O segundo parágrafo, inclusive, possui 7 linhas, sendo cinco delas a citação direta da fonte e duas a apresentação da fonte:

Eram duas celas de ferro dentro. As pessoas não podiam deitar e nem ficar em pé, apenas permanecer sentadas. Fora do ônibus tinha apenas um banheiro químico. Na época, havia uma reclamação de que os presos só podiam ir ao banheiro duas vezes ao dia. Eles acabavam usando garrafas PET. Não tinha chuveiro. As pessoas ficaram ali até 40 dias sem tomar banho’, descreve Mariana Py, defensora pública dirigente do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul.

Destas fontes, todas possuem um perfil de autoridade, configurando o padrão de manipulação “oficialismo”, sendo elas uma defensora pública dirigente do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, um vice-presidente da Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores da Polícia Civil do RS e uma defensora pública do Núcleo de Defesa Criminal e de Execução Penal.

Podemos observar na construção da narrativa falta de pluralidade das fontes, o termo usado “*fairness*” – de ouvir os dois lados –, que contribuiria para situar o leitor da real situação em se encontra a segurança pública daquele Estado e, conforme aponta Sponholz (2009), é um dos fatores principais a se considerar na produção de um relato jornalístico objetivo.

Não há um aprofundamento sobre as condições que os detentos são submetidos, muito menos é tomado por fonte uma pessoa presa nessas condições. Todas as fontes ouvidas são fontes que se posicionam de maneira contrária à política de encarceramento que o governo do estado tomou, mas todas reforçam o mesmo ângulo do posicionamento, não pluralidade nem de ideias e nem de vozes.

A matéria assume, claramente, um posicionamento de crítica à gestão de segurança pública do estado de Rio Grande do Sul, governado por José Ivo Sartori, do PMDB. Considerando que a Carta Capital é um veículo de linha editorial explicitamente de esquerda, podemos inferir, pelo teor discursivo observado na matéria, que esse posicionamento tenha influenciado o tom crítico em relação à gestão da crise penitenciária no estado.

É perceptível que a matéria-prima do texto jornalístico são os fatos, no entanto, apesar de apresentar acontecimentos que podem ser verificados (por exemplo, por vias de

regra, qualquer pessoa que visitar a Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento de Canoas, citada na matéria, poderia perceber e averiguar a superlotação), mas os padrões de manipulação utilizados distorcem os fatos em favor da produção de determinados sentidos, intencionando que o público tome um posicionamento direcionado pelo processo jornalístico. Por exemplo, “a seleção de aspectos do fato” que, segundo Abramo, consiste no estabelecimento de critérios para que o fato se torne jornalístico ou não, o que significa dizer que

[...] os critérios para essa seleção não residem necessariamente na natureza ou nas características do fato decomposto, mas sim nas decisões, na linha, no projeto do órgão de imprensa, e que são transmitidos, impostos ou adotados pelos jornalistas desse órgão.
(ABRAMO, 2003, p.42).

O texto apresenta ainda outros padrões de manipulação que inviabilizam a experiência de entendimento da realidade complexa. Esses padrões se dão, em boa parte, pela incapacidade do jornalista em perceber os desdobramentos do tema e a riqueza de possibilidades da realidade a serem exploradas no texto.

Na abordagem desta matéria da Carta Capital, não fica claro qual o real motivo da superlotação das delegacias, quais as ações que efetivamente foram implantadas que desencadearam este aumento da população prisional no estado, pois o investimento em novas celas não justificam o crescimento da população carcerária e a reincidência do detentos, apenas manifestaria a incapacidade do Estado em administrar os presídios, resultando no vínculo dos presos com as facções criminosas que controlam os presídios, mas não aponta para quais as medidas efetivas que possibilitaram a atual situação, descreve apenas como “políticas de encarceramento”.

A “descontextualização” é utilizada de forma a tratar o problema como um todo, mas pinçando um aspecto do problema e tornando o objeto principal da matéria. Nesse caso, a superlotação é tratada como a causa dos problemas, mas o real problema seria as medidas que o Governo tomou para desencadear todo esse processo: a superlotação, o enfraquecimento do controle policial dentro dos presídios e o fortalecimento das facções criminosas. É possível presumir que este distanciamento da questão central, disfarçado de desdobramento do tema, serve a um propósito político que faz uma crítica, mas não visa um debate esclarecedor de fato, pois não busca um parecer por parte dos representantes do governo. É uma crítica válida sobre um problema real, mas abordada com base em determinado silenciamento de versões opostas para gerar um sentido de incriminação,

acusação ou denúncia, ou nas palavras de Abramo, “um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade” (ABRAMO, 2003, p. 25-26).

É claro que, para tornar a produção jornalística possível em tempo hábil e para haver certa profundidade na mediação, a comunidade jornalística adota o que Nelson Tranquina (2005) chama de “critérios de noticiabilidade” ou “valor-notícia”. Esses critérios participam desde a seleção do fato que será noticiado até a produção textual, isso faz com que alguns elementos sejam valorizados e outros ignorados, o que por si só distorce a realidade mediada ao fragmentá-la enquanto o mundo real é o todo. Aqui então percebemos uma relação forte entre os critérios de noticiabilidade de Tranquina (2005) e o padrão de manipulação “fragmentação” que é

O todo real é estilhaçado, despedaçado, fragmentado em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si, despojados de seus vínculos com o geral, desligados de seus antecedentes e de seus consequentes no processo em que ocorrem, ou reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não corresponde aos vínculos reais, mas a outros ficcionais, e artificialmente inventados. (ABRAMO, 2003, P. 42).

Um valor-notícia que pode ser identificado nesta matéria da Carta Capital é o da “infração”, que para Nelson Traquina (2005) é aquilo que se refere à violação ou transgressão de regras e geralmente é caracterizado por violência física ou simbólica. Pelo enquadramento dado à matéria, ou melhor, pelo resultado final do produto jornalístico analisado, percebemos que as infrações que as delegacias, enquanto agentes do estado, cometem contra os Direitos Humanos dos detentos, contra as leis constitucionais e contra as diretrizes do código penal ganham destaque na matéria através da fala das fontes (selecionadas a partir desse critério e de outros valores-notícia que o complementam) e na construção do texto (a fala de cada fonte colocada no texto foi pinçada de uma fala maior, que foi recortada e reconstruída pelo jornalista segundo os critérios que ele e/ou o veículo e/ou o editor escolheram). Essa seleção criteriosa é feita de maneira é feita a partir da percepção a da intenção jornalística: “Os jornalistas temos seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira as coisas que veem” (Bourdieu, 1997 apud TRAQUINA, 2005, p. 77).

Abramo (2003) descreve essa capacidade de percepção, ou melhor, a capacidade de conhecimento do mundo, por meio da relação que o observador (no caso, o jornalista)

estabelece com o objeto. Esta relação se estabelece sob duas características aparentemente opostas, mas que se complementam: a objetividade e a subjetividade.

Assim, entendemos que as escolhas subjetivas do jornalista, ou do veículo de comunicação, ou do editor, guiadas pela sua percepção e pelos valores-notícia que orquestram a prática jornalística interferem de maneira direta no produto final, pois pode ocasionar preferências que darão maior espaço para determinado fato ou maior destaque de fala para um posicionamento que para outro, ou ainda, não proporcionar uma pluralidade de vozes na matéria, limitando a visão panorâmica do leitor em relação ao fato/problema.

A edição do G1 de 04/01/2017, traz uma matéria sob o título “Sistema penitenciário do Brasil é caótico, aponta levantamento do MP”, que aborda o problema da superlotação no âmbito nacional. A matéria faz um raio X do sistema prisional no País, mas não há um aprofundamento no problema para investigar as reais causas da tal situação, como e porquê chegou-se a estas condições.

Aqui percebe-se, novamente, o padrão de “ocultação” de informações, conceituado por Abramo (2003). Embora a matéria mencione que 40% da população carcerária não deveria estar detida, não questiona quem tem por obrigação zelar por isto - nesse caso, o Poder Judiciário.

Não percebemos, mesmo em uma matéria de nível nacional e produzida pelo maior meio de comunicação do país, um enquadramento que tivesse como foco os aspectos sociais do fato. Quais os motivos e circunstâncias que levaram uma parcela tão grande da população brasileira ao encarceramento? Uma vez preso, os direitos fundamentais desses indivíduos são respeitados?

Na matéria está explícito que o tráfico de drogas é o responsável pelo alto número de prisões. O que tem sido feito para o combate ao tráfico e que políticas de conscientização da população dos malefícios do tráfico de drogas tem sido implementado? Sobre esse aspecto crucial a matéria se cala, silencia a abordagem de um ângulo importante para a construção da realidade midiática mais fiel à realidade social factual, como pondera Sponholz (2009) ao refletir sobre o conceito de objetividade no jornalismo.

A ocultação enquanto padrão de manipulação aponta para um outro padrão, o da “fragmentação”. A superlotação dos presídios, assim como na matéria anterior, se

manifesta como o centro da problematização enquanto a responsabilização dela é esquivada do texto na medida em que isola a superlotação como um fato jornalístico e, automaticamente, a responsabilização não se configura como um fato jornalístico, mas como merecedora de silenciamento ou ocultação. Se o problema fosse tratado como um todo, isto é, sem o padrão de manipulação da fragmentação para retirar a superlotação do seu contexto, traria as causas como destaque e as causas apenas para corporificar o problema.

Não por acaso, a matéria aborda a superlotação como um elemento isolado e fragmentado. A questão da superlotação de presídios, mesmo enquanto consequência e não como causa, possui uma série de valores-notícia bem atrativos para os veículos de comunicação que a causa – a irresponsabilidade judiciária – não possui com a mesma intensidade e frequência: a dramatização, a infração, a notabilidade, a relevância e, principalmente, a morte.

As respostas dessas questões seriam centrais para movimentar a produção jornalística em um sentido social da reflexão do problema, pois o apontamento dos reais responsáveis pelos problemas de ordem social, retiraria a narrativa do senso comum que visa culpabilizar os presidiários por toda a desorganização política da segurança pública e das suas consequências.

Por fim, uma matéria veiculada pela Agência Brasil, que faz parte da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), em 16/01/2017. A matéria trata o assunto partindo do local para o internacional.

A matéria baseia-se exclusivamente na fala de um de juiz federal americano-, incorrendo o que Abramo (2003) classifica como jornalismo declaratório, que faz uma análise dos dois sistemas prisionais.

Ao comparar o sistema prisional americano com o brasileiro, a matéria mostra algumas nuances dos dois sistemas e também que a privatização do sistema prisional não eliminou o problema carcerário lá nos Estados Unidos. Na reportagem da EBC há algo muito peculiar à realidade factual da crise penitenciária não percebido e representado pelos os outros meios de comunicação citados anteriormente na sua reconstrução midiática dessa realidade, ou seja, na versão da realidade construída por eles: a questão da privatização do sistema prisional brasileiro.

A matéria, tal como foi estruturada, convida o leitor à reflexão sobre a privatização e tenta desmistificá-la como a solução para o caos penitenciário, conforme defendem alguns grupos políticos, empresariais e sociais. Não por acaso a Agência Brasil pertence a uma empresa pública de comunicação, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e as abordagens em suas matérias estão alinhadas aos interesses editoriais que, no caso, visam reacender a esperança do público nas organizações estatais, apesar dos problemas. Fica claro, por este ponto de vista, a interferência da linha editorial no foco dado à questão e também evidencia que, pelo menos em termos de *fairness* (SPONHOLZ, 2009), a matéria também apresenta problemas quanto à objetividade jornalística, pois, em se tratando de um problema complexo, poderia incluir outras fontes com posicionamentos diversificados e até contraditórios sobre a questão da privatização do sistema carcerário.

Para referenciar jornalisticamente as escolhas editoriais da matéria, podemos identificar como principal valor-notícia, diferente dos exemplos anteriores, a referência a países de elite: notícias que comparam ou relacionam com países influentes, com grande potencial ou notoriedade econômico e político, chamam atenção dos leitores.

Além disso, o debate sobre a subjetividade se faz válida na medida em que, ao contrário dos outros veículos de comunicação, a Agência Brasil (ou o jornalista autor do texto que, no caso, representa a empresa, bem como os editores pelos quais a matéria passou) interpreta o problema de maneira singular, reconstruindo a realidade a partir da perspectiva da desconstrução do discurso de privatização, buscando retratar a ineficácia do sistema nos EUA, país que, pelo seu desenvolvimento político-econômico, é referência para público em geral.

Como os demais meios de comunicação costumam abordar o problema da superlotação destacando a ineficácia do controle estatal das penitenciárias, a matéria da Agência Brasil visa mostrar um outro lado: o lado ineficaz da privatização, que para muitos parecia ser a solução mais óbvia.

Assim, considerando o mosaico de notícias sobre a superlotação nas prisões, a Agência Brasil, apesar dos problemas apontados, proporcionou um contraponto maior que permite o leitor a ter um conhecimento mais diferenciado e alternativo do problema. Isso rompe, de certa forma, com o mimetismo midiático, uma prática confortável para os veículos de comunicação que tendem a repetir as abordagens feitas por outros veículos sobre o mesmo tema.

Para materializar a intencionalidade de contraponto editorial, que entra em dissonância com os demais veículos, a matéria da Agência Brasil mostra que os conflitos apresentados estão mais relacionados com as disputas de facções criminosas pelo domínio do tráfico de drogas, do que com qualquer outro problema, haja visto que o conflito se instaurou em um presídio que está sobre a tutela da iniciativa privada, e poucas vezes essa informação é levada ao conhecimento do público.

O jogo de interesses editoriais aqui se configura claramente quando uma empresa pública de comunicação aborda de forma crítica a ineficácia da privatização, enquanto as empresas privadas de comunicação abordam de forma crítica a ineficácia estatal em cuidar dos presídios.

Considerações finais

O jornalismo tem sofrido severas críticas na contemporaneidade, em grande medida, pela manipulação das informações, como bem relata os teóricos aqui estudados, o uso da fragmentação, distanciamento e silenciamento, entre tantos outros recursos que jornalistas, editores e meios de comunicação recorrem em nome da imparcialidade, imaginando contribuir para o fazer jornalístico.

O enquadramento dado aos acontecimentos através de técnicas e conceitos previamente estabelecidos interfere na formação de sentidos dos enunciados, transformando o texto mais importante que o fato em si. O problema se agrava com a intencionalidade implícita no ato de escolher, pautar e representar os acontecimentos, que normalmente atende interesses outros, que não são de interesse social. O fazer jornalístico deveria estar embasado na mediação dos fatos, papel essencial no processo comunicativo, pois a proximidade e o envolvimento do jornalista possibilitam sentimentos e olhares múltiplos que são primordiais na construção do processo comunicativo.

Diante disso, se faz necessário refletir sobre os conteúdos objetos dessa análise, podemos apreender quão difícil se torna produzir conteúdo jornalísticos, não somente pela pressão do capital ou viés ideológico dos meios de produção, mas pela capacidade perceptiva do jornalista, que tem por obrigação entender, perceber e diagnosticar as demandas da sociedade e trazer ao nível do inteligível de um público heterogêneo.

Precisamos ter bem definidos os conceitos de objetividade e subjetividade no jornalismo, sabendo distingui-los do campo da ação do campo do conhecimento, como bem lembra Abramo (2003), para a partir daí nos posicionarmos enquanto sujeitos que, no exercício do fazer jornalismo, sejam capazes de observar os fatos com equilíbrio e reproduzi-los da forma mais fidedigna possível em relação à realidade.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: Além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.